



## ANÁLISE DISCURSIVA DA POSIÇÃO SUJEITO POLICIAL MILITAR NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA DE FURTO E ROUBO À RESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT

Elaine de Paula\*

Tânia Pitombo de Oliveira\*\*

Cristinne Leus Tomé\*\*\*

### RESUMO

O presente trabalho terá como base os pressupostos da Análise do Discurso, tendo como objeto de pesquisa a posição sujeito policial militar na elaboração dos Boletins de Ocorrência de Furto e roubo a residência no município de Sinop – MT. Para elaboração da pesquisa foram utilizados vinte e nove Boletins de Ocorrência de furto e roubo a residência, entrevistas com o Major e o Capitão da Polícia Militar, fundamentalmente trabalhadas as noções teóricas como: posição sujeito, linguagem, discurso, interpretação, autoria, formação discursiva, acontecimento, descrição, paráfrase e polissemia. A linguagem utilizada nos Boletins é diferenciada, por ser um documento institucional, e a partir desta linguagem o policial se constitui sujeito policial militar.

**Palavras-chave:** Discurso. Posição-sujeito. Policial Militar. Boletim de Ocorrência.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre a posição sujeito policial militar nos Boletins de Ocorrência doravante BOs, de furto e roubo a residência no município de Sinop, Mato Grosso, tomando como campo teórico a Análise do Discurso Francesa. Sendo assim

---

\* Acadêmica do 7º semestre do Curso de Letras, Campus Universitário de Sinop, UNEMAT. Pertence ao grupo de orientação das Professoras Dr<sup>a</sup>. Tânia de Oliveira Pitombo e Dr<sup>a</sup> Cristinne Leus Tomé.

\*\* Professora graduada em Letras pela Universidade Estadual de Maringá, com Mestrado e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora titular na UNEMAT – campus Universitário de Sinop.

\*\*\* Professora graduada em História na UFRGS, com Mestrado e Doutorado em Educação pelo PPGEdu – UFRGS. Concursada em Metodologia Científica na UNEMAT – campus Universitário de Sinop.

será feita uma reflexão com o objetivo de compreender as questões discursivas dos Boletins de Ocorrência, tomando como foco a posição sujeito Policial Militar.

Pretende-se com esta pesquisa entender a posição sujeito policial militar nos Boletins de Ocorrência de furto e roubo a residência no município de Sinop, como o policial militar escreve o BO, como se dá o processo de autoria nos BOs, relação sujeito, linguagem e Instituição Militar.

## **2 METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho foram necessárias entrevistas, com o Major da Polícia Militar doravante Major PM e com o Capitão da Polícia Militar doravante Capitão PM, com perguntas específicas, como: o que é um Boletim de Ocorrência? Como são elaborados os Boletins de Ocorrência? O que deve conter no histórico de um Boletim de Ocorrência?

Na análise foram utilizadas referências da Análise do Discurso com: posição sujeito, linguagem, paráfrase, polissemia e descrição.

## **3 CORPO TEÓRICO E ANÁLISE**

Língua e linguagem são duas noções teóricas fundamentais para mediar o homem com o meio social ao qual convive. Deve-se ter em mente que a língua não é clara nem de uma única interpretação, ela não está pronta e acabada. Lagazzi e Orlandi (2006, p. 13) afirma que “[...] a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria.”

Ao analisar a fala do Cap PM Vanilson (entrevistado em 19 ago. 2010 às 9:30 h) quando ele afirma que:

A linguagem do Boletim de Ocorrência deve ser uma linguagem técnica, o mais técnica possível, clara, simples, não se orienta ta utilizando no Boletim de Ocorrência uma linguagem muito rebuscada com palavras difíceis e sim palavras simples, clara, objetivas, de preferência que não deixam uma dupla interpretação, [...].

[...] a principal finalidade do Boletim de Ocorrência não é você ter ali uma linguagem rebuscada, uma linguagem toda cheia de citações, não, o objetivo é ter informação clara, objetiva, precisa e concisa, [...].

Percebe-se uma contradição na fala da autora acima citada com a do Cap PM, a autora afirma que a língua não é ‘transparente’, e o Cap PM assegura que no BO deve ter uma linguagem ‘clara’, ‘sem dupla interpretação’, ‘objetiva’ e ‘precisa’, mas compreende-se que a língua não é transparente, entretanto não é clara e pode ter diversas interpretações, dependendo da posição que cada sujeito se encontra. Nos BOs pode-se comprovar que não há esta linguagem ‘clara’ e ‘objetiva’ conforme o Cap PM afirma.

No BO 18 encontra-se este recorde “Esta GUPM foi acionada via 190 para atender uma solicitação de furto.” Neste recorte pode-se observar que a linguagem não é clara, deixando a desejar uma explicação coerente do que estava acontecendo, possibilitando uma dupla interpretação. É possível a interpretação de que a PM fora solicitada para ir fazer um furto ‘atender uma solicitação de furto’, como também é possível interpretar que a polícia se fez presente na localidade que ocorreu um furto. De acordo com o Cap PM isso não deveria acontecer, pois não pode haver ‘dupla interpretação’.

Treptow (2008, p. 338) afirma que, “A linguagem, enquanto discurso, é interação, é um modo de produção social. Ela não é neutra, inocente [...], nem natural, por isso, o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. [...] é o lugar de conflito, de confronto ideológico [...]”. Entende-se que a linguagem esta cheia de ideologia, e que para ser compreendida não deve estar longe da situação em que se encontrava. Ao analisar os BOs é possível ver que nos discursos dos policiais militares há ideologia sustentada pela instituição Polícia Militar. “Esta GUPM se encontrava fazendo rondas [...], quando deparamos com um indivíduo carregando uma televisão, que ao indagá-lo da procedência da televisão este nos informou que havia entrado em uma casa [...] e subtraído a TV.” (BO 14). Quando os PMs utilizam das seguintes formulações ‘GUPM’, ‘indivíduo’, ‘indagá-lo’, ‘rondas’, para escrever o BO percebe-se que esta não é uma linguagem comum, mas uma linguagem utilizada pela Formação Discursiva da instituição Militar.

Ao falar em autoria Orlandi (1996, p. 97) afirma que: “[...] a produção de um gesto de interpretação, ou seja, função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria.”

Autor não é somente aquele que escreve, mas aquele que dá sentido no que diz, que formula discurso que tenha sentidos, sendo isto caracterizado como a autoria.

Entretanto, cada policial formula um discurso no BO, sendo assim ele é o autor do BO, pois formula o sentido ao que ele escreve, sentido que poderia ser diferente escrito por outro

PM. Pode-se fazer uma comparação entre os seguintes BOs de roubo à residência, “Esta GUPM, foi acionada via 190, para atender a uma ocorrência de roubo no local supracitado. Segundo a vítima três indivíduos teriam pulado o muro, adentrando na residência, de posse de arma de fogo, dois deles renderam a vítima [...]” (BO 7) “Esta GUPM foi solicitada via radio PM, onde informavam um roubo em andamento. Ao chegar no local dos fatos, a vítima relatou que dois indivíduos adentraram em sua residência armados e anunciaram um roubo [...]” (BO 9).

No BO 7, o autor especifica que os indivíduos estavam armados com arma de fogo, e no BO 9 o autor fala somente que estavam armados, deixando livre para diversas interpretações de como seria a arma dos indivíduos do BO 9. Entende-se então que cada um ao escrever tem suas características, dando sentido de forma diferente.

Segundo Orlandi (2001), o sujeito está inscrito no texto que produz, pois este deixa marcas de si, com isso se pode identificar quem é este sujeito que escreve. Sendo assim, o policial ao registrar um BO deixa marcas para que possa ser identificado em seu tipo de linguagem como um policial militar e não como outro sujeito.

De acordo com Orlandi (2007) o discurso é o efeito de sentido entre locutores, e o texto a unidade da superfície linguística, sendo o sujeito o resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, entretanto o autor se delimita na prática social como função específica do sujeito.

O policial militar é assujeitado a língua e a instituição a qual representa, tem sua função específica na sociedade a função policial militar, a qual determina regras, normas a serem cumpridas e respeitadas.

Pode-se considerar o sujeito como alguém que enuncia algo, e ocupa uma posição na sociedade. Mussalim e Bentes (2001, p. 133) afirma que “[...] o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social [...] que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali.”

Consequentemente pode-se dizer que o policial militar é um sujeito, pois ele tem um lugar de onde enuncia, ou seja, ele tem um lugar, uma posição na sociedade a posição Militar, que determina o que ele pode ou não dizer. A posição que o sujeito policial militar ocupa também pode ser determinada pela hierarquia da Polícia Militar, mas essa hierarquia não determina quem pode escrever o BO, pois, o Cap PM Vanilson quando questionado sobre quem poderia escrever o BO afirma que:

[...] todo e qualquer policial militar, pode ser redigido por qualquer policial militar que tomar conhecimento do fato, que for solicitado para atender uma ocorrência ou que chegar ou que tiver conhecimento de uma ocorrência [...].

[...] qualquer policial militar é preparado para redigir um Boletim de ocorrência quer ele seja do trabalho no operacional, do trabalho administrativo, quer ele seja um Coronel de polícia ou um Soldado recruta.

Nos BOs, quando o sujeito policial militar escreve ‘vítima’ irá se referir ao autor com as seguintes denominações, ‘elemento’, ‘suspeito’, ‘meliantes’, ‘infratora’, ‘indivíduos’, ou até mesmo ‘ninguém’, notando que quando o policial escreve vítima e essas denominações para quem praticou o roubo ou o furto, a pessoa lesada teve contato com o praticante da ação.

Existem deslizes de sentidos nas relações humanas quando se denomina um ser humano de ‘elemento’ ou ‘pessoa/indiciado/sujeito’. É característica humana a designação ‘pessoa/indiciado/sujeito’, mas não ‘elemento’ pois dá sentido de ser desprovido de características humanas.

Veja o BO 5,

A GU do oficial de dia foi acionada para atender a uma ocorrência de roubo no primeiro endereço mencionado [...], onde foi relatado pelas vítimas 01 e 02 que dois homens teriam, mediante violência e ameaça verbal e menção de sacar uma arma de fogo em sua cintura, tentando roubar uma mochila que estava nas costas da vítima 01 [...], a GU PM ao realizar rondas nas imediações, foi informado via 190 que outra tentativa de roubo teria acabado de ocorrer próximo daquele primeiro local [...], informando estarem também dois homens com as mesmas características relatadas no primeiro delito. Logo, esta GU PM abordou dois suspeitos próximos dos dois endereços [...] foi feita abordagem nestes e levados para ser feito o reconhecimento com as vítimas que aguardavam nos respectivos locais. [...] as vítimas reconheceram os suspeitos [...]. Cabe salientar que a vítima 03, o suspeito 01 anunciou assalto e entrou em luta corporal com a vítima [...] não lograram êxito novamente com a chegada de pessoas [...].

Neste BO é possível perceber que há um deslize de sentido em relação aos praticantes do roubo, que no processo de identificação são chamados de ‘homens’ quando ameaçaram as ‘vítimas’, também são denominados de ‘homens’ quando são avistados em uma segunda

tentativa de roubo, mas ainda não foram identificados como os praticantes do roubo, quando são abordados pela polícia e levados para serem identificados pelas vítimas são denominados de ‘suspeitos’.

Quando o sujeito policial militar utiliza a denominação solicitante, o sujeito policial ao relatar o BO denomina solicitante a pessoa que não teve contato com o autor do fato ocorrido, que são denominados de ‘pessoa’, ‘suposto indiciado’, ‘indiciado’ ou sem denominação. Veja os BOs a seguir:

**BO 23:** “Essa Guarnição PM foi solicitada via fone 190, pela Solicitante que passou a nos relatar que [...] chegou a sua residência e observou que não estava normal ao verificar as janela deparou com a janela que do acesso ao quarto arrombada [...] foi realizado rondas nas imediações no intuito de localizar os supostos indiciados [...]”.

**BO 24:** “Esta GUPM foi solicitada via 190, anonimamente o solicitante nos relatou que havia visto duas pessoas pulando muro de uma residência, [...] esta equipe em diligências viemos a deparar com os indiciados [...]”.

Trazendo a noção de escalas argumentativas da Semântica argumentativa, Ducrot (1973 apud GUIMARÃES, 1995, p. 50), afirma que “[...] o que este modo de tratar a argumentação traz para as questões semânticas e enunciativas. [...] é que há aspectos da significação que não devem ser tratados a partir do conceito de verdade.”

Entretanto não se pode considerar a significação de ‘elemento’ para o policial militar como um praticante de roubo ou furto como um aspecto, um conceito de verdade, sendo que ‘elemento’ não é uma característica de denominação humana, aparentemente dá a entender que este é desprovido de características humanas, por ser chamado de ‘elemento’.

O policial relata no histórico do BO o fato ocorrido com suas palavras, tenta fazer com que o BO tenha o máximo de fidelidade ao acontecimento, mas pode utilizar palavras que possam dar sentidos diferentes para cada leitor, quando o policial utiliza-se de palavras como ‘indivíduo’, ‘sujeito’, ‘indiciado’, refere-se ao praticante do furto ou roubo, mas ao analisar em que situações são usadas essas palavras é possível perceber que são palavras diferentes, que eram para ter o mesmo sentido, mas não tem, devido serem utilizadas em casos diferentes, quando são utilizadas essas denominações ‘indivíduo’ e ‘sujeito’ são para denominar o autor do fato ocorrido que esteve em contato com a vítima da ocorrência, tendo

violência física ou não, e a denominação indiciado é quando ocorreu um crime, mas o autor não teve contato com a vítima, não foi identificado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para o desenvolvimento deste trabalho foram necessários vários estudos sobre a Polícia Militar, como é seu funcionamento, discursos e linguagens utilizadas na Instituição, bem como as noções sobre a posição sujeito, discurso, formações discursivas, entre outros.

Dessa forma, será possível compreender como é a forma com que o policial escreve um Boletim de Ocorrência. Cada Instituição tem sua forma de registro, e a Polícia Militar utiliza-se dos Boletins de Ocorrência, por meio dos quais é possível perceber a posição do sujeito policial, compreendendo que este tem uma linguagem cheia de ideologia, para que a linguagem dos BOs seja entendida não deve estar longe do seu lugar de produção.

Entende-se por sujeito alguém que enuncia algo de algum lugar, tendo uma posição, o sujeito policial militar ao relatar um BO ele enuncia o que aconteceu na sociedade que teve a intervenção da polícia, ocupando a posição sujeito e representando a instituição Polícia Militar.

O sujeito policial militar utiliza-se da linguagem militar para relatar o BO, mas nem sempre essa linguagem é técnica, apenas com termos militares, ao decorrer do seu discurso surgem alguns deslizes, algumas ideologias.

A interpretação está presente em qualquer linguagem, para que o policial escreva um BO primeiro ele interpreta a ocorrência depois relata, o leitor ao ver este mesmo BO terá uma interpretação diferente da que o policial teve, pois a linguagem não é clara nem de uma única interpretação.

Compreende-se por autoria aquele sujeito que interpreta que dá sentido, formula discursos, o sujeito policial militar pode ser considerado o autor do BO, levando em consideração que ele interpreta a ocorrência, formula um discurso ao relatar o BO e assim dá sentido ao que ele escreve.

#### **DISCURSIVE ANALYSIS OF POSITION SUBJECT TO MILITARY POLICEMAN IN BULLETINS OF THEFT AND ROBBERY IN THE RESIDENCE IN MUNICIPALITY OF SINOP-MT**

#### **ABSTRACT**

This project will be based on assumptions of discourse analysis, it has as object of research the subject heading of the military police in preparing Bulletins robbery and theft from residence at Sinop - MT. For preparation of the research were used twenty-nine Occurrence Bulletin of theft and robbery to residence, interviews with the Major and Captain of the Military Police, fundamentally worked the theoretical notions as subject position, language, speech, interpretation, authorship, discursive formation, event, description, paraphrase and polysemy. The language used in the Bulletin is differentiated, for being an institutional document, and from this language to the policeman constitute subject military policeman.

**Keywords:** Speech. Subject Position. Military Policeman. Bulletin of Occurrence.

## REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido, um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** Campinas: Pontes 1995.

LAGAZZI, Suzy; ORLANDI, Eni P. (Orgs). **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e Textualidade.** Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto.** Formulações e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à lingüística:** domínios e fronteiras, v.2. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TREPTOW, Marcos de Oliveira. Discurso da multinacional Parmalat. In: ERNEST-PEREIRA, A.; MUTTI, R.V.(Orgs) **Práticas Discursivas.** Pelotas : Educat, 2008. p. 335-366.

## ENTREVISTAS

VAGNER. **Major PM.** depoimento. [16 fev. 2011]. Entrevistadora: Elaine de Paula. Sinop, MT, 2011. Maq. Digital (20 min 08 seg). Entrevista concedida para a Monografia sobre a Análise Discursiva da Posição Sujeito policial militar

VANILSON. **Capitão PM.** depoimento. [19 ago. 2010]. Entrevistadora: Elaine de Paula. Sinop, MT, 2010. Maq. Digital (33 min 17 seg). Entrevista concedida para a Monografia sobre a a Análise Discursiva da Posição Sujeito policial militar.